



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

O FUNERAL DOS SÍMBOLOS ESTADUAIS: ANTECEDENTES

Publicado no site em 14/10/2008

Earle D. Macarthy Moreira

Um sugestivo depoimento sobre o golpe de 10 de novembro de 1937 está registrado no relato de cunho autobiográfico do eminente político e diplomata argentino Ramón J. Cárcano (1860-1946): *Mis primeros ochenta años*.¹

Há um capítulo — “O presidente Vargas na Embaixada Argentina no dia do golpe de estado” — onde o embaixador relata sua despedida do cargo, tecendo, inclusive, elogiosas considerações sobre Getúlio: “Em todas as circunstâncias pude estimar o critério ilustrado e alto, a penetração e equilíbrio, a sincera, leal e decidida vontade do Presidente Vargas para com meu país e seus homens destacados”.

Quanto ao Itamarati: “É uma organização de serviço exterior admirável por sua capacidade, seu material de estudo e métodos de trabalho. Desejo para meu país uma entidade semelhante”.

Destaca as personalidades de Afrânio de Mello Franco — “Uma notoriedade americana por seu saber e seu tato, sua experiência política e sua destreza como negociador diplomático”; José Carlos de Macedo Soares — “espírito amplo e nobre, capaz e prudente”; Osvaldo Aranha — “Que é uma mentalidade clara e livre, aberta a todas as sugestões capazes de engrandecer a seu país. Firmeza no propósito, coragem no esforço, generoso no combate, equânime no êxito”.

Ao apresentar suas despedidas a Getúlio Vargas, eis que deveria retornar à pátria no dia 12 de novembro e gozar de umas férias de quatro meses, esse aceita um convite para jantar na Embaixada, no dia 10 de novembro, acompanhado da família e de mais alguns amigos.

Naquele dia, ao despertar, Cárcano, nem bem abre a janela para desfrutar da admirável paisagem carioca, recebe um telefonema, notificando-o de que naquela manhã o presidente havia dissolvido o Congresso e proclamado a ditadura...

Saindo imediatamente para o Itamarati, registra: “O comércio está com suas portas abertas, a gente circula tranquilamente, nada acusa a menor inquietude pública. Tudo parece estar como estava ontem”. Os palácios Monroe e Tiradentes estavam de portas fechadas. No Itamarati ainda não terminara a faxina. Filinto Müller não se encontra em sua repartição, mas um funcionário adianta alguma informação: “As tropas do exército, marinha e ar estão aquarteladas como precaução elementar, mas não se produziu a menor desordem. O público, na medida em que conhece os sucessos, mostra-se contente ou ao menos indiferente. Não temos conhecimento de protestos nem de atitudes desagradáveis.” Nos Estados, a mesma calma: “A troca fundamental de sistema de governo aparece até esse momento como uma obra de arte. Por ação ou omissão, todos colaboram. Nem sangue, nem violência, nem alarmes, sem sequer um grito de protesto. Que significa este grande silêncio?”.

O embaixador argentino procura esclarecimento, para tão inusitada situação, junto a um amigo ilustrado — “o doutor X” — “Ilustre membro da Academia de Letras, antigo magistrado e diplomata, professor e parlamentar, espírito sereno e observador, não participa da política militante e conhece bem a história, os homens e problemas de seu país”.

Essa entrevista, que ocupa as páginas 398 a 405 de seu livro, é realmente palpitante. O talento literário de Cárcano e a capacidade intelectual do entrevistado fazem com que o texto resultante realce, à perfeição, o momento histórico. Diz o “doutor X”:

—“A situação atual... é ocasionada por três fatores imediatos: individuais, coletivos e de interesses comuns. Entre os primeiros, o presidente Getúlio Vargas ocupa uma posição dominante, especialmente por suas condições pessoais.

O silêncio é sabedoria, qualidade ao alcance de todos e, sem dúvida, por isso tão rara. A equanimidade. Garantia de bom juízo. O conhecimento dos problemas e homens do Brasil. É a segurança na ação. O valor pessoal cívico imprime calma e reflexão a seus atos.

—Porque não agrega —interrompi— a frieza de seu temperamento?

—Porque não é frio— responde X. Vargas é um emotivo acessível ao sentimento e ao mesmo tempo um raciocinador. Um simples método e disciplina como homem de ação, sugere uma aparente frialdade. Essa estrutura mental e moral do Presidente o converte em um dominador sem ênfase, dentro de seu meio político e social. As forças de seu espírito são de coordenação, de unidade e êxito. Outras considerações pelo estilo, permeiam esse interessantíssimo *tête à tête*: o papel dos governadores no pleito presidencial; o impacto na opinião pública da intentona comunista; as mudanças de rumo do movimento integralista; a desorientação e a anarquia reinantes no Congresso; os candidatos presidenciais paralisados pela vacilação; a boataria.

—“Na incerteza e na angústia, que aumentam a cada hora, as pessoas se dirigem ao Catete. É o poder orgânico.” E, “nesse ambiente de contradições e confusões, de impaciências e desalentos, de inquietudes e temores, de falta de atitudes claras, oportunas e definitivas, há um homem que mantém sua postura inicial. O presidente Vargas continua em silêncio. Não contém nem empurra. Deixa que as forças se manifestem espontaneamente”.

Nesse ponto, percebe-se que o embaixador argentino, registra uma pausa de efeito. Abre nova linha e transcreve:

—“Sempre o silêncio.

Há outro fator que o imita ou concorda: o verdadeiro povo, a massa coletiva, também guarda silêncio. Parece um silêncio solidário e, então, já é uma força ativa.”

O talento do extraordinário analista político que foi o “Doutor X” encerra o painel:

—“... desgraçadamente, no Brasil não existem partidos políticos orgânicos. Os grupos de opinião buscam seu candidato ou, mais exatamente, cada candidato constitui seu grupo”. Depois de explicar o charivari eleitoral provocado pelos próprios governadores, conclui: “O povo de verdade está ausente”.

O restante dessa análise do momento político, salva do olvido pela memória de Cárcano, mereceria, por si só, mais papel que os limites deste artigo. O que aqui se quer é, tão somente, levantar a lebre de uma explicação menos ideológica, mas não excludente, de uma inspiração não fascista para a instalação do Estado Novo.

O memorialista, em cuja pátria coisas dessa natureza não costumavam ocorrer com tamanha tranqüilidade, saía de uma surpresa para outra. E grande foi seu espanto quando o chefe da Casa Militar confirma a presença de Vargas no tal jantar de despedida: “—O senhor Presidente acaba de assinar a nova Constituição. Depois de almoçar atenderá, como de costume, o despacho ordinário. As 18 receberá os ministros, o Estado Maior e oficiais de mar e terra. Às 20 falará pelo rádio, explicando ao país e ao exterior a razão e o alcance do movimento produzido, expondo a estrutura da nova Constituição. Às 21, como lhe prometeu na semana anterior, comparecerá com sua família para jantar com o senhor na Embaixada, por motivo de sua despedida.”

“Depois de ouvir esta resposta, o golpe da manhã pareceu-me uma operação de geometria.”

A descrição do jantar diz mais sobre o momento histórico que algumas elaboradas interpretações feitas *a posteriori*.

O Presidente chega, na hora marcada, com sua família: “Nenhuma guarda. Não se adverte a menor vigilância. Chegam como qualquer transeunte, sem anúncio nem custódias. Simplicidade republicana e confiança em si mesmo. A comida transcorre em um ambiente de distinção e serenidade. Todos conversam livremente. É uma reunião familiar, de franca amizade e confiança. Dizem-se coisas espirituosas e ri-se discretamente. [...] No Presidente não se nota nenhum cansaço, nem preocupação. Fala pouco, ri com freqüência e diz sempre coisas oportunas e agudas”. E lá se passaram quatro horas na maior tranqüilidade.²

Em seu *Diário*, aponta Getúlio com a concisão habitual: “À tarde, compareci ao Catete, despachando com os Ministros da Fazenda e Trabalho, recebi várias outras pessoas e regressei ao Guanabara, trabalhando até às 8 horas da noite, quando pronunciei pelo rádio o *Manifesto à Nação*. Depois dos cumprimentos da assistência e de palestrar um pouco, retirei-me com a família e as casas Civil e Militar, indo jantar na embaixada argentina. O embaixador Cárcano seguia para Buenos Aires, e lhe havia prometido antes comparecer a esse jantar de caráter íntimo”.³

As anotações referentes ao dia 19 de novembro, começam assim: “As festas da Bandeira, projetadas na praia do Russell com missa campal, não se puderam realizar por causa da chuva. Foram, porém, levadas a efeito nas repartições públicas e no resto do país”.⁴ No dia 27, refere: “... realizou-se a festa da Bandeira e a missa campal oficiada pelo cardeal d. Leme. Muita gente e muito entusiasmo. O ministro da Justiça pronuncia um bom discurso”.⁵ É nessa ocasião, embora o próprio Getúlio não lhe faça menção, que é realizada a cerimônia simbólica da queima das bandeiras dos Estados e abolição dos respectivos hinos, quando então discursa Francisco Campos, fazendo o elogio do Estado Novo como realizador da unidade nacional.⁶

A seqüência dos acontecimentos é muito rápida. A impressão que se tem é a de uma peça montada com bastante antecedência, onde cada ator conhece seu papel. A ficarmos com a própria pessoa do Presidente, em meados de outubro, comentando a renúncia de Flores da Cunha, escrevia: "Os acontecimentos estão ocorrendo, e é cedo ainda para verificar suas conseqüências: a resistência caudilhesca desagregadora, regionalista contra a tendência centralizadora e coercitiva do poder central. Se esse regionalismo caudilhesco pôde resistir tanto tempo, é que ele se apoiava nos próprios elementos militares desviados de sua missão".⁷ E, é ele mesmo quem assinala, no dia 27 de abril, haver recebido Francisco Campos, "a quem dei minha opinião sobre um projeto de Constituição que ele me apresentara".⁸

Vistas as coisas nessa seqüência, tudo parece encaixar-se: a articulação do golpe, sua motivação, a institucionalização do novo regime. Getúlio comandando, expondo suas razões, articulando seus apoios, dando as tintas do projeto da nova constituição. A seus próprios olhos era uma ação patriótica, de salvação da unidade nacional, anticaudilhesca e antirregionalista. Não há no *Diário* titubeios, nem receios de uma não aceitação popular do novo regime.

A hipótese que aqui se põe é a de que, pelo menos no que tange à questão do regionalismo como fator nefasto para a sustentação da unidade nacional, esse era um sentimento vastamente compartilhado pela opinião pública; vinha de longe, ocupava bastante espaço na imprensa periódica e associava-se à decepção, passada a euforia inicial, com os magros resultados decorrentes da Revolução de 30, no que tange à corrupção generalizada e ao fisiologismo político.

Em todo o *Diário* há apenas uma rápida menção ao nome de Souza Docca, isso no dia 26 de junho de 1941, quando aquele apresenta-se ao Presidente por haver sido ascendido ao generalato. No entanto, as relações pessoais entre ambos remontavam aos tempos de vivência em São Borja, de onde eram ambos naturais. A própria promoção de Souza Docca a general constituiu uma deferência especial de Vargas, já que no Serviço de Intendência do Exército, até então, o posto máximo havia sido o de coronel. Não por acaso, Souza Docca foi a cunha habitual junto ao Presidente, usada por seus confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde figuravam nomes de maior peso político, para a obtenção de recursos financeiros para suas promoções de maior vulto e mesmo para as atividades de rotina.⁹ O apreço e a consideração de Getúlio Vargas por seu conterrâneo são demonstrados, não por efusivas manifestações de parte a parte – ambos eram, de natural, reservados no trato – mas por gestos comedidos, porém significativos: convites a banquetes com altas personalidades estrangeiras, designações para discursar em solenidades de vulto, para participar de comissões internacionais, etc. A história de vida de Souza Docca está a demonstrar uma efetiva sintonia de ideais com Getúlio Vargas, em que pese não o haver acompanhado, por uma questão de disciplina castrense - sua segunda natureza - nos primeiros momentos da eclosão do movimento revolucionário de 1930. em Porto Alegre.

Algumas medidas consolidadas durante o Estado Novo foram, com antecedência de seis anos, apontadas por Souza Docca, articulista e polemista de presença constante nos mais importantes jornais do país. O que escrevia, e dizia em suas conferências e discursos, não eram palavras ao vento: era reconhecido como historiador de mérito, um dos fundadores do IHGRS, membro do IHGB, diretor da Biblioteca do Exército, membro da Academia Rio-grandense de Letras, presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil e intelectual de vasto prestígio na região platina. Refiro-me, em particular, ao episódio do dia 27 de novembro de 1937.

Andando, a serviço, por Pernambuco, em abril de 1931, deixou marcas de sua passagem, entre outras, na imprensa recifense onde, primeiramente, sob o pseudônimo "Brasiliense", deu realce a uma proposta de Assis Cintra no sentido de urgir uma revisão do mapa político do Brasil, levando-se em conta a densidade populacional, os recursos econômicos, etc., das diversas regiões.

Argumentava no sentido de que isso resultaria no "equilíbrio das representações dos Estados no parlamento nacional... porque além de outros males acabará com o da política absorvente e utilitária dos grandes Estados[...] É o desequilíbrio desses elementos que estabelece entre nossos Estados contrastes dolorosos que deprimem os sentimentos bairristas de uns e exaltam os de outros, com prejuízo da estima e da harmonia gerais[...] Precisamos combater com empenho e sem cessar os elementos dissolventes de nossa nacionalidade, os quais, como uma aberração ou por cegueira da maioria dos que têm dirigido nossos destinos, vêm mantendo uma luta viva contra a lei histórica da atração nacional".¹⁰

No dia seguinte, desconfiando de quem fosse o tal "Brasiliense", a reportagem vai ao encontro do coronel Souza Docca, no Hotel Central, onde ele revelou-se como autor da tal carta e expandiu suas considerações. Depois de contestar a idéia das "pequenas pátrias" de Augusto Comte e de invocar o evolucionismo spenceriano, diz: "É a coordenação da heterogeneidade brasileira que deve ser estabelecida em a futura constituição, se se quiser evitar que se rompam, que se esfrangalhem os laços de nossa nacionalidade, que há tanto tempo vêm sendo corroídos".

Propõe que sejam evitadas, na elaboração da nova constituição, instituições teóricas, sem fundamento na psicologia do povo. Divide suas sugestões em nove pontos:

I - Unidade do direito processual e da magistratura; inamovibilidade dos funcionários da justiça [...].

II - Escolha dos juízes pelos tribunais.

III - Vedar aos Estados restrições regionalistas.

IV - Eliminar as bandeiras estaduais e suprimir da Bandeira Nacional o lema seitaista.

V - Limitar o direito dos Estados e Municípios de contraírem empréstimos externos, de modo que estes só possam se realizados com aprovação do Congresso Nacional.

Os Estados e os Municípios têm usado e abusado daquele direito, empenhando a União e a custa desta, porque a União, de responsável indireta que é, na realização do empréstimo, por ser o valor moral de sua personalidade e não a do Estado ou Município isolado, quando fazem suas transações - que se transformará em responsável direta, no ato do pagamento, quando por insolvabilidade do devedor recorra o credor a qualquer violência. A União terá então que pagar para garantir seu bom nome e fazer respeitar sua soberania.

VI - Eleição indireta do presidente da República, que importa em evitar a agitação que perturba a vida e o progresso do país de quatro em quatro anos.

VII - Estabelecer que o ensino e seus métodos ficam sujeitos à superintendência do governo federal. Na educação devem ser seriamente considerados certos defeitos que tanto nos prejudicam. Entre outros o regionalismo dissolvente [...].

É necessário... exercer muita vigilância e pressão sobre os demagogos verbosos. A imprensa ou melhor o jornal, é outro elemento que merece os mesmos cuidados porque pode ser um grande bem ou um grande mal [...].

VIII - Extinguir as polícias estaduais, com instrução e armamentos iguais ao exército nacional [...] A defesa nacional cumpre ao exército. Os Estados não têm soberania própria a salvaguardar. Os exércitos regionais representam uma ameaça à integridade da federação e à paz interna.

IX - Estabelecer que os militares só poderão exercer cargo de eleição mediante reforma ou com a perda de todas as vantagens pecuniárias de seus postos e neste caso sem direito a contagem de tempo para qualquer efeito, durante o período que exercerem aqueles cargos. [...].**11**

Em maio de 1933 no "Correio da Manhã" do Rio, a propósito de um discurso de Afrânio Peixoto no ato de recepção de Alcântara Machado, na Academia Brasileira de Letras, escreve mais uma vez contra os provincialismos e a favor da unidade nacional. Refere-se às "nossas explosões bairristas, filhas de nosso atraso na evolução afetiva", e não ser "esse o meio de estabelecer a tão desejada harmonia entre a família brasileira".

Rebela-se, especialmente, com a evocação feita por Afrânio Peixoto de um episódio da propaganda republicana em Campinas, dando-lhe a significação de acontecimento culminante, capaz de "comprovar sua afirmativa de que São Paulo é o 'primeiro' e o 'melhor' Estado brasileiro e que, por isso, cabe-lhe a direção dos demais". Afinal, argumenta que se fosse o caso de aceitar prerrogativas, antes estariam Minas, Bahia, Pernambuco e até mesmo o Rio Grande do Sul com seus dez anos seguidos de lutas pelo ideal republicano. Além disso, "o que precisamos neste momento é de alheamento completo às competições de toda classe e de cultivo intenso do sentimento grandioso de amor da Pátria, aprimorando-o pela educação, que é a base da grandeza moral das nações e o único meio de se fazer de todos os brasileiros cidadãos cômnicos de seus deveres".**12**

Costa Rego, no mesmo jornal, um ano antes do golpe de 1937, em dois artigos - "Entre dois fatores" e "Os fatores da unidade" - bate na mesma tecla, apelando para que a política no Brasil - "um desencanto onde não raro se estiolam as boas vontades" - seja modificada "no sentido de uma permanente inquietação em torno do Brasil não apenas unido, mas uno. A simples união não é a unidade".

É preciso que haja coragem de enfrentar a realidade, "em lugar de nos afundarmos nas praxes obsoletas do regionalismo, a que já devemos tantas de nossas penas e tantos de nossos erros". Aliás, coloca em tela o problema da língua nacional - "fator inconcusso da nacionalidade brasileira" - que nos anos subseqüentes será uma das metas mais perseguidas pelo Estado Novo."**13**

É à luz de manifestações como essas que se poderá entender o *leitmotif* da justificação do Estado Novo como instrumento de salvação da unidade do Brasil e a ampla aceitação popular que teve sua política nacionalizadora e anti-regionalista.

É, também, nesse contexto que se insere a interminável polêmica a respeito do caráter brasileiro, não separatista, da Revolução Farroupilha, bem como a ação impositiva da Secretaria de Educação, tendo à frente o senhor Coelho de Souza, no sentido de impor o ensino da língua portuguesa às mais de três mil escolas alemãs, cinco italianas e duas polonesas existentes no Rio Grande do Sul.**14**

- 1** CÁRCANO, Ramón J. *Mis primeros ochenta años*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1965.
- 2** Cárcano, op.cit., p. 393-411.
- 3** VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v.2, p. 83.
- 4** Id. p. 85.
- 5** Id. p. 87.
- 6** Id. p. 57.
- 7** Id. p. 76.
- 8** Id. p. 38.
- 9** Acervo Souza Docca (ASD), IHGRS, correspondência ativa e passiva; p.ex.: carta no 158.
- 10** "Diário da Manhã", Recife, 15.04.1931. ASD, I/62.
- 11** "Diário da Manhã", Recife, 16.04.1931. ASD, I/63].
- 12** "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, 16.05.1933: "Primazias incoerentes". [A matéria ganhou repercussão também no "Diário de Notícias" da mesma capital, na ed. de 30.05.1933].
- 13** "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, 15 e 16.10.1936.
- 14** *Simpósio sobre a Revolução de 30*. (UFRGS, 1980). Porto Alegre: Erus, 1983. p.598, Depoimentos 3: "Novas perspectivas educacionais" - depoimento de Dante de Laytano.